

Da Guerra à Paz: Relações Brasil-Itália na Primeira Guerra Mundial

Gastão Menescal Carneiro Neto *

Centro Universitário La Salle Rio de Janeiro

*Autor correspondente. E-mail: gastaomenescal2011@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a análise das relações bilaterais entre o Reino da Itália e a República do Brasil durante os anos da Primeira Guerra Mundial, contemplando as bases destes vínculos diplomáticos e seus impactos para os dois países. O artigo fará uso de pesquisa bibliográfica tendo como referências artigos e livros sobre o tema, buscando examinar acuradamente as fontes históricas de língua italiana e portuguesa. É compreensível que o fenômeno da Grande Guerra resultou no dismantelamento da ordem internacional herdada do Congresso de Viena. O conflito afetou profundamente as relações entre os componentes do sistema, impulsionando movimentos migratórios, alianças imprevistas e novas controvérsias internacionais. Através da pesquisa documental, conclui-se que a colaboração no contexto da Tríplice Entente foi propulsora dos laços entre Roma e o Rio de Janeiro, proporcionando um grandioso salto qualitativo em seus contatos bilaterais com consequências expressivas para o longo e inquieto século XX.

Palavras-chaves: Primeira Guerra Mundial, Relações bilaterais Brasil-Itália, Diplomacia

1. Introdução

As relações entre o Reino da Itália e a Primeira República do Brasil se assentavam em bases frágeis e pouco expressivas às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Afastadas não só pelo vastíssimo Atlântico, Roma e Rio de Janeiro se distanciavam por suas agendas e prioridades de política externa. A Itália de Cavour reivindicava seu lugar ao sol entre os potentes impérios do Velho Mundo, mirava a Europa e o Mediterrâneo. No mesmo período, o Brasil de Rio Branco já olhava para os Estados Unidos, aspirava a ordem e o progresso internos, tornando-se uma República que deveria ser americana.

Ocupando posições discrepantes em um mundo dividido entre potências imperiais e periferias coloniais, ambos os Estados possuíam instituições jovens e ansiavam por uma posição de maior prestígio no sistema internacional. Ainda assim, as ligações italo brasileiras foram atravessadas por desavenças desde os fins do século XIX até a alvorada

da Grande Guerra, majoritariamente, por questões relativas a imigração italiana no Brasil. Por um longo tempo, as vias de deslocamento e as condições de existência dos italianos na república cafeeira protagonizaram as relações entre os Estados e deram um tom amargo aos contatos bilaterais. Partindo destes princípios, o escopo desta pesquisa é determinar a forma como estas relações foram modificadas pela Primeira Guerra Mundial, percorrendo os caminhos que conduziram os dois países a aliança durante o confronto militar.

Assim, definiu-se a organização deste trabalho da seguinte maneira: o primeiro seguimento analisa os imperativos diplomáticos brasileiros e italianos na era da *Belle Époque*, incluindo um balanço histórico das suas relações no pré-guerra. A maneira como os dois países foram atravessados pelo conflito e as consequências da cooperação junto a Tríplice Entente serão abordadas no segundo e terceiro tópicos, respectivamente. Por fim, a quarta seção se dedica a apresentar as conclusões.

Para um estudioso contemporâneo da política internacional, é fato dado que o sistema mundial foi irrevogavelmente transformado pela eclosão da Grande Guerra. A conflagração foi, afinal, parturiente do campo de Relações Internacionais enquanto uma disciplina acadêmica autônoma. Passados mais de cem anos e incontáveis estudos sobre estes trágicos eventos, um mundo infinitamente mais globalizado é bruscamente lembrado quanto a premência da cooperação para gestão de crises internacionais. Notadamente, em uma era em que os surtos migratórios e o ignóbil flagelo da guerra excedem os livros de História e voltam a se impor sobre as manchetes de nossos jornais.

2. Antecedentes: o cenário diplomático às vésperas do conflito

Durante o período situado entre a virada do século e a Primeira Guerra Mundial, a sociedade internacional era atravessada por modificações aceleradas e pouco previsíveis. No continente americano, a influência dos Estados Unidos aumentava progressivamente em diversos setores. Não obstante, os europeus ainda davam o tom das relações internacionais, e se mantinham como parceiros destacados das nações americanas, dada a preponderância técnica, econômica, e financeira do Velho Mundo nesta época (Hobsbawm 1988). Atentando-se ao contexto da política externa brasileira, entre seus interlocutores bilaterais e parceiros comerciais, nota-se um quadro de insuficiência diplomática com o Reino da Itália, maiormente se comparado ao conjunto das relações mantidas pelo Palácio do Catete com outras potências da Europa. Tal estado de coisas pode ser compreendido através de fatores geográficos e das particularidades que caracterizavam as chancelarias destes dois Estados. É conhecido que aproximadamente cinco mil milhas náuticas separam os dois países, um fator não irrelevante dada a importância da geografia para as relações internacionais nos primeiros anos do século XX. Contudo, como se verá a seguir, foram sobretudo os paradigmas e prioridades de política externa dos dois países a desfavorecer a cooperação neste momento histórico (Cervo e Bueno 1992).

Após as virulentas campanhas militares do Risorgimento, os herdeiros do Conde de Cavour no Ministério dos Negócios Estrangeiros encarregaram-se dos imperativos externos de uma Itália reunificada. Nos primeiros anos, as prioridades não abrangiam muito mais do que a conquista do reconhecimento internacional, a negociação de dívidas e a consolidação dos territórios incorporados durante as guerras contra a Áustria

e os Estados préunitários. Ainda trata-se, portanto, de uma agenda relativamente reduzida a assuntos europeus. Sucessivamente, sobretudo a partir do primeiro governo Crispi e da celebração do Tratado da Tríplice Aliança em 1882, a pasta dos estrangeiros passa por consecutivas reformas. Sua burocracia amadurece e seus interesses externos tornam-se mais complexos (Duggan 2016). Assim, a projeção geopolítica italiana se expande em direção ao Mediterrâneo, a península balcânica e aos litorais africanos para se inserir, ainda que tardiamente, na corrida imperialista que é característica dos primeiros anos do século XX (Hobsbawm 1988).

Ao contrário das potências europeias “de longa data” como França e Grã-Bretanha, colonialistas por tradição, o atardado Estado italiano não acumulava vastas ambições de poder na América do Sul. Ainda assim, certos gabinetes como os de Crispi e Giolitti desatariam uma política intransigente, ou mesmo agressiva, para defender os interesses de seus compatriotas nesta parte do mundo (Junqueira 2009). Durante as últimas décadas oitocentistas, os plenipotenciários italianos passaram a olhar com mais atenção para o Brasil, que entre 1890 e 1910, acolheu quase meio milhão dos seus emigrados, e assumiram uma postura interventista diante dos deslocamentos (Almeida 2003). Esta iniciativa, tendo como pano de fundo as relações diplomáticas verticais, não conduz a um melhoramento do quadro bilateral. Compreende-se que para além da gestão de assuntos que lhe impactavam diretamente, como a migração, Roma ainda não se interessava muito pelo Rio de Janeiro. Tampouco percebia-o como um possível *partner* no período pré-guerra (Cervo 1992). Reciprocamente, como se verá adiante, os italianos também não se encontravam entre os destinatários prioritários da política externa brasileira.

Durante a virada do século, o Brasil vivia igualmente um período de significativas modificações em sua pasta de assuntos estrangeiros. No ano de 1889, uma conspiração civil militar havia trazido as novidades da República e do americanismo para este vasto país tropical. A derrubada da Monarquia acentuou o controle da política por parte das oligarquias latifundiárias dos estados de São Paulo e Minas Gerais, favorecidas pelo caráter agroexportador da economia nacional (Souza Neves 1991). Ao longo de quase toda a segunda metade do século XIX, o café, principal produto comercializado pelo país, se mantivera em alta nos mercados internacionais. A tendência para a valorização se explica pelo crescimento vertiginoso da demanda por este artigo entre as nações industrializadas da Europa ocidental e da América do Norte Hobsbawm 1988

Ao longo dos últimos decênios dos oitocentos até meados do século XX, O Brasil mantém um status quase monopolista na produção e comercialização do café. Internamente, os rendimentos do setor foram instrumentais para viabilização de um processo de industrialização incipiente no sudeste do país (Souza Neves 1991). Por estes motivos, a diplomacia republicana engajou-se por propagandear o café brasileiro nas praças internacionais, angariar empréstimos para o incremento da produtividade e da infraestrutura, buscar condições privilegiadas para a venda e a defesa intransigente contra queixas de cartelização por parte de poucos concorrentes no exterior (Ribeiro 2011).

Uma tendência da diplomacia da República, notável sobretudo durante os dez anos da chancelaria Rio Branco, foi a aproximação para com os seus maiores parceiros na pauta comercial, isto é, os norte-americanos (Almeida 2003). Embora as elites e a

intelectualidade brasileira fossem tradicionalmente influenciadas pelas modas europeias, a pasta externa respirava ares de renovação. Celebrado como patrono da diplomacia nacional, Paranhos Jr. considerou as perspectivas de ascensão dos Estados Unidos ao status de grande potência. O ministro brasileiro levou em conta o valor que este país agregava para os negócios externos, ainda que os europeus continuassem exercendo inegável importância nas importações de capitais e manufaturados (Albert 2001). Desde o final do século XIX, os Estados Unidos vinham substituindo a Grã-Bretanha como principal comprador dos produtos primários brasileiros. Contudo, a aproximação promovida pelo gabinete do Barão do Rio Branco não deve ser reduzida aos imperativos econômicos, mas considerada no âmbito da sua grande estratégia. Após a Guerra Hispano-Americana de 1898, as nações deste continente perceberam um novo centro de poder no norte com meios para contrabalançar a beligerância europeia e constituir uma hegemonia continental. A instauração desta Pax Americana empurraria as pátrias vizinhas a uma diplomacia senão de franca aliança, ao menos de cooperação para com o ascendente vizinho estadunidense. Logo, a virada para o americanismo, até então inédita na política externa brasileira, é mobilizada tanto por fatores políticos como por interesses econômicos, e será uma tendência da proclamação da República até meados do século XX (Bandeira 2010).

Nos agitadíssimos anos do período pré-guerra, o quadro da diplomacia italo-brasileira fora pintado com tons cinzentos após uma década de constrangimentos e desencontros no período que vai de 1896 até 1906. Desde o atardado reconhecimento do reino de Vittorio Emanuele II por seu homólogo brasileiro, negligência revidada por um tardio validamento italiano a proclamação da república no Brasil, as relações não eram propriamente brilhantes, e estavam quase sempre condicionadas a polêmica temática da migração (Cervo e Bueno 1992).

Sabe-se que nos primeiros anos do século XX, o Reino da Itália ainda atravessava um dos maiores surtos emigratórios de sua história, seus cidadãos se dispersavam entre os diversos cantos do globo (Primiceri 2017). Alguns se dirigiam a aventura nas colônias da África, outros buscavam emprego nas nações industrializadas além dos Alpes, mas a maioria atravessava o oceano atrás de oportunidades nas Américas. Números apresentados no livro “História da Imigração no Brasil”, organizado pelo historiador Luís Reznik (2020), apontam que mais de meio milhão de italianos alcançaram o território brasileiro entre 1876 e 1914. Já em terras tropicais, a grande maioria se dirigia para as regiões do centro-sul, majoritariamente para o estado de São Paulo (Reznik 2020).

A revelia de seus plenipotenciários, os cidadãos ítalos consumaram vínculos entre os dois territórios desde a conclusão do Ressurgimento, fomentando intenso intercâmbio de pessoas, produtos e serviços entre os dois países (Beneduzi 2015). As relações políticas e comerciais entre o reino e a república eram notavelmente parcas durante a passagem de século, ainda assim, os deslocados constituíram uma ampla rede associativa e de negócios no país anfitrião. Em nossos dias, a cultura de massas e a memória social tendem a recordar as epopéias do imigrante que erigiu riquezas para a cafeicultura paulista. Entretanto, sobretudo a partir dos novecentos, os italianos podiam ser encontrados em grande número nos principais centros urbanos dos diversos estados do Brasil, colaborando para o seu crescimento e modernização, e eventualmente constituindo

relevante patrimônio para suas famílias (Alvim 1986)

A complexidade destes intercâmbios, bem como o comportamento da diplomacia, foram valorosamente investigados por Amado Cervo (1992), que produziu farta pesquisa sobre as relações ítalo-brasileiras. Seus aportes foram enriquecidos com documentos dos arquivos diplomáticos dos dois países que evidenciam a fecundidade dos empreendimentos italianos no Brasil no período tratado, assim como o seu alto nível de autonomia em relação a Roma. É acordado entre os pesquisadores que foi o povo quem semeou conexões e que a diplomacia veio depois. Embora a migração para o território brasileiro já fosse expressiva a partir de 1870, é apenas na década de 1890 que o governo italiano se envolve de forma assertiva nos deslocamentos. É precisamente neste período em que as relações no âmbito dos governos passarão de uma condição de quase insignificância a pontuais demonstrações de hostilidade (Cervo 1992).

Comprometido a tutelar a diáspora migratória, dada a impossibilidade de freá-la, o Estado italiano passou a pressionar suas legações para exercer maior controle sobre comunidades expatriadas. A tendência foi inaugurada pelo governo Crispi nos últimos anos da década de 1880, e se mantém ao longo de gabinetes sucessores (Duggan 2016). Providências foram tomadas para controlar o número de conacionais instalados em diferentes regiões, para o recolhimento de informações sobre suas condições de existência e a preservação de vínculos com mãe pátria. As medidas eram voltadas sobretudo aos países americanos, mas defrontaram-se com dificuldades no Brasil de forma singular. Afinal, após o advento da República, o governo brasileiro criou políticas para a assimilação dos imigrantes residentes em seu território, especialmente os europeus, conduzindo a querelas entre os dois Estados quanto ao status de cidadania daqueles italianos que haviam firmado residência no país durante os últimos anos do século XIX (Alvim 1986).

Na década de 1890 o tema da migração conduz aos desentendimentos mais graves entre os dois governos, em uma sucessão de contendas que foram intituladas pela imprensa brasileira como “Questões Italianas” (Junqueira 2009). Sabe-se que entre 1893 e 1895 os estados do sul do Brasil engajaram-se em um violento e malfadado conflito fratricida com o governo central que ficou conhecido como Revolução Federalista. Os combates se deram em uma região com muitos imigrantes europeus, e por este motivo, chamaram a atenção de observadores internacionais (Souza Neves 1991). Após a conclusão das hostilidades, cidadãos italianos denunciaram aos consulados nas cidades de Porto Alegre e Florianópolis uma sequência de abusos cometidos pelos beligerantes brasileiros. A maior parte das queixas tratava de requisições arbitrárias de alimentos, animais e outras violações de propriedade. O Reino da Itália rapidamente engajou-se na exigência de reparações por parte do Brasil em 1895, que hesitou em oferecê-las. A indisposição entre os Estados assumiu status de notoriedade através dos periódicos editados por italianos e brasileiros nas unidades federais do centro-sul. A contenda engajou a opinião popular nos núcleos urbanos com maior presença de estrangeiros, e chegou a conduzir a brigas de rua entre trabalhadores imigrantes e nacionais na cidade de São Paulo. Em 1896, após desgastantes e morosas negociações, a disputa foi resolvida, e o governo brasileiro se prestou a pagar indenizações a contraparte italiana pelos prejuízos sofridos pelos imigrantes nos estados sulinos (Junqueira 2009).

Apesar disto, as relações passariam por novos abalos no ano seguinte. Em 1897,

a imprensa italiana noticiou a morte de alguns de seus compatriotas em meio a um desentendimento político com trabalhadores brasileiros no estado do Espírito Santo. O episódio foi sucedido por novos tumultos urbanos, mas desta vez no estado da Bahia. A insatisfação das autoridades em Roma mobilizou-os a enviar a nave de guerra Umbria para patrulhar o litoral brasileiro como manifestação da inflexibilidade do reino na defesa de seus súditos no além-mar (Cervo 1992).

O movimento foi levado a sério pelos brasileiros e novamente mobilizou as críticas da opinião pública. Em boa hora, a arriscada exibição de força foi interrompida por iniciativa do novo chanceler italiano, Visconti-Venosta, que demonstrava menos hostilidade pelo país sul-americano do que seus antecessores. As tribulações causadas pela migração não estavam extintas, mas concluía-se assim a década mais tensa para as relações bilaterais entre os países (Junqueira 2009).

Sabe-se que a alvorada do novo século foi marcada pela celebração de tratados e conferências multilaterais entre potências industrializadas e países independentes da periferia internacional, sobretudo no âmbito da regulamentação industrial, da cooperação técnica e comercial. Esta onda de esperança dos anos 1900 criou expectativas quanto a chegada de uma nova era para as relações internacionais. Globalmente transitório, o otimismo se mostrou igualmente efêmero na esfera da diplomacia italo-brasileira (Almeida 2003).

O Rio de Janeiro desejava refinar as relações comerciais com Roma. O período parecia adequado com a ascensão de Pietro Antonelli a chefia da legação italiana na capital, percebido por suas boas intenções para com o Estado receptor. O empreendimento foi favorecido pelo então ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, que buscava remover as altíssimas tarifas aduaneiras sobre o café brasileiro. Da parte italiana, havia interesse em abrir os portos do Brasil para seus artigos industrializados e disputar o crescente mercado consumidor do país para a comercialização do vinho e do azeite produzidos na península itálica. As negociações, entretanto, não seriam frutíferas e não logariam mais do que soluções ad hoc para as questões tarifárias e um breve respiro na cena diplomática. A despeito das discrepantes taxas de crescimento econômico dos dois países no período pré-guerra, o comércio permaneceria fraco até 1918. A frustração dos governantes devido ao fracasso do acordo de tarifas criaria uma situação de má-vontade com impactos sobre outros aspectos do relacionamento bilateral, tal como a complicada gestão dos fluxos migratórios (Cervo 1992).

No cenário italiano, os novecentos comportaram um aprofundamento da detração a emigração para o Brasil, tanto na esfera civil quanto nos meios governamentais. É sabido que a forma e o conteúdo do programa migratório brasileiro traziam como consequência um nível áspero da exploração da mão-de-obra estrangeira, sobretudo nas fazendas de café (Beneduzi 2015).

Não caberá ao presente artigo destrinchar as condições de privação e os abusos que se abateram sobre o imigrante italiano nos latifúndios brasileiros, dado que a matéria já foi satisfeita por inúmeras e excelentes colaborações (Trento 1989). Porém, é indispensável apontar que o problema migratório conduziu a um relevante episódio para as relações institucionais destes países em 1902. Após as referidas críticas contra a transferência de italianos para terras tropicais, particularmente instigadas por correntes de esquerda da política romana, coube ao liberais no Ministério dos

Negócios Estrangeiros da Itália oferecer uma demonstração de esforços (Beneduzi 2015). A pasta se dedicou a um levantamento definitivo quanto as condições dos italianos no Brasil, ainda com ênfase aos que trabalhavam nas lavouras de São Paulo. O empreendimento acumulou relatos assombrosos e levou o Comissariado Geral da Emigração a publicação do Decreto Prinetti, uma portaria que vetava a transferência de cidadãos despossuídos aos portos do Brasil (Balbinot junho de 2018).

Todavia, a literatura especializada comprovou que o decreto de 1902 não foi o responsável pela redução da migração italiana para o país. É sabido que a virada do século se caracteriza como um momento de recessão econômica para as fazendas de café, aumentando a rejeição dos deslocados por esta região. E ainda, que a diáspora da península itálica já se direcionava com maior relevo aos Estados Unidos, território percebido pelo imigrante como mais propício a conquista da terra e a formação de algum pecúlio (Alvim 1986). Contudo, não deve ser subestimado o papel que coube ao Decreto Prinetti para agravar as dificuldades diplomáticas entre Roma e Rio de Janeiro, dado que este último foi submetido ao constrangimento internacional pela ação do primeiro. No lado brasileiro, avolumaram-se as notas públicas e a severidade dos discursos oficiais contra a atitude italiana, visto que os maiores prejudicados pela medida foram os barões de café de São Paulo, notadamente, a classe dirigente do país (Beneduzi 2015).

Nos anos seguintes, apesar dos prejuízos de uma aguda crise de superprodução, a cafeicultura encontrou meios para subsistir. O governo brasileiro tomou medidas internas e externas para segurar os preços do produto, e o problema da mão-de-obra foi saneado através do acolhimento de imigrantes da diáspora portuguesa e espanhola que escorriam aos milhares no primeiro decênio do século XX (Reznik 2020). Ainda assim, não faltaram tentativas para a reconquistar o interesse do imigrante italiano por parte dos plenipotenciários brasileiros e pela revogação das suspensões. Registra-se um exemplo memorável quatro anos após a publicação da portaria, quando o governo estadual do Rio Grande do Sul enviou uma delegação a Península Itálica para participar da Exposição Universal de Milão de 1906, evento realizado com o objetivo de divulgar os milagres da ciência e da técnica dos países do Velho Mundo e demais nações independentes do sistema internacional. Os representantes do estado sulino esperavam persuadir o Ministro do Exterior Cav. Fittoni a revogação do Decreto Prinetti e propagandear as boas condições de vida dos imigrantes italianos que habitavam esta região da federação brasileira. Os relatos indicam que os representantes gaúchos foram acolhidos com cordialidade e cumprimentados pelo próprio Rei, Vittorio Emanuele III, sem contudo atingir seu principal objetivo (Balbinot junho de 2018).

Ainda assim, os últimos anos precedentes à Primeira Guerra Mundial apresentaram uma derradeira oportunidade para o fortalecimento das relações italo-brasileiras no campo da cooperação técnica. A Guerra Ítalo-Turca de 1911 elevou o Reino da Itália a nação pioneira no uso da aeronáutica militar, após o exército da Casa Savóia se tornar o primeiro do mundo a utilizar aviões para bombardear alvos em terra no deserto líbio (Duggan 2016). No Brasil, as forças armadas careciam de experiência prática e tecnologia para o emprego bélico da aviação, e a ideia aglutinava muitos entusiastas entre as fileiras da Marinha e do Exército (Sales 2011).

Perseguindo tal escopo, o Ministro da Guerra brasileiro, general Vespasiano de

Albuquerque e Silva, contratou em 1913 um grupo de particulares italianos para oferecer uma flotilha de aviões e o apropriado treinamento aos militares da Primeira República. A iniciativa resultou na criação da primeira Escola Brasileira de Aviação numa área de subúrbio do Rio de Janeiro em 2 de fevereiro de 1914 (Daróz 2016). É relevante mencionar que o empreendimento não contou com qualquer estímulo ou participação da legação italiana, e a Escola seria fechada cinco meses depois, após reclamações brasileiras quanto ao treinamento dispensado e sobretudo a entrega de aviões supostamente obsoletos para as suas forças armadas (Sales 2011).

É compreensível que o breve período situado entre a Exposição Universal milanesa de 1906 e a Crise de Julho de 1914, não englobou qualquer avanço digno de nota no âmbito da diplomacia italo-brasileira (Cervo 1992). As fontes apontam para um estado de quase imobilismo no campo político e de aumento irrisório no comércio bilateral. A insuficiência é ainda mais nítida se comparada com as taxas de crescimento dos negócios brasileiros com outras potências como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Império Alemão (Almeida 2003). O movimento migratório da Itália para o país tropical permanece comedido até a guerra, embora o patrimônio dos italianos e seus descendentes no Brasil tenha se multiplicado no mesmo período (Trento 1989). Por conseguinte, percebe-se que as relações entre os Estados estavam lesionadas pelos dissensos dos anos anteriores e pela falta de boa vontade dos tomadores de decisão em ambos os lados do Atlântico. Entretanto, a conspiração regicida de Sarajevo estava prestes a estremecer a comunidade internacional de maneira irrevogável. O estouro da Grande Guerra impactaria todos os integrantes da ordem estabelecida, e não passaria indiferente pelo campo das relações entre o reino e a república.

3. Guerra: Caminhos tortuosos para a cooperação

Sabe-se que o Reino da Itália e a República do Brasil irromperam na Grande Guerra em datas e maneiras distintas, embora notem-se algumas semelhanças e conexões a serem analisadas com previdência. No cenário europeu, a Itália exitou em sua participação ao longo de quase todo o primeiro ano de enfrentamentos (Jung 2013). O período de neutralidade foi legitimado por meio da perspicaz interpretação de Roma sobre o acordo que atava-a a Berlim e Viena no Tratado da Tríplice Aliança. O Estado ítalo se absteve de suas obrigações no pacto de proteção recíproca com as potências centrais ao assumir que estas últimas haviam provocado a guerra na condição de agressoras contra a pequena Sérvia (Duggan 2016).

Internamente, a posição italiana traduziu-se como um debate político entre intervenção e neutralidade. Aqueles que eram a favor da entrada em guerra mostraram-se senão majoritários, mais rumorosos. Entre os interventistas, notou-se uma achapante predileção pelo engajamento ao lado da Tríplice Entente (Monzali 2009). Compreende-se que esta postura advinha da impopularidade da antiga aliança com a Alemanha e a Áustria-Hungria, e de um alto nível de simpatia pelo republicanismo francês. Este sentimento manifestou-se principalmente entre forças políticas ligadas a recém fundada Associação Nacionalista Italiana, organização de ideologia chauvinista fundada em Florença poucos anos antes, e que estimularia a declaração de guerra em benefício de uma “fraternidade latina” que tornaria os interesses da nação incompatíveis com aqueles dos Estados germânicos (Duggan 2016).

Na arena de governo, o período de neutralidade foi marcado não tanto pelo grande debate, mas pela intervenção da diplomacia secreta do gabinete Salandra-Sonnino. Desde 1914, Roma recebeu ofertas de alinhamento por parte das duas coalizões em luta. As propostas foram balanceadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros considerando possíveis anexações de território após o fim do conflito. O butim da Tríplice Entente se mostrou irrecusável ao prometer ao Reino da Itália as regiões austríacas do Trentino, Ístria, parte da Dalmácia, a Albânia como protetorado e a partilha das colônias africanas da Alemanha no pós-guerra (Monzali 2009). Nestes termos, o chanceler Sidney Sonnino alinhou as baionetas italianas com a Inglaterra, França e Rússia em 26 de abril de 1915 através do sigiloso Pacto de Londres. Assim, os arautos do militarismo romano levaram seu país a Grande Guerra, apresentando sua declaração de beligerância em Viena em 23 de maio de 1915. O início das hostilidades foi comemorado pelos militares italianos na madrugada seguinte com uma descarga de canhões contra a guarnição naval austro-húngara de Lagoa Marano-Grado (Jung 2013).

Na outra margem do Atlântico, o confronto das grandes potências foi percebido com relativa indiferença pela maior parte da sociedade brasileira, mas com admissível apreensão pelos plenipotenciários da república. O governo brasileiro apressou-se em publicar uma declaração de neutralidade com base na Convenção de Haia em 4 de agosto de 1914. O posicionamento seguia uma linha geral de unidade americana com a diplomacia dos Estados Unidos, que se manteriam neutros por mais três anos (Pires 2011).

Além dos estadistas e diplomatas, a Grande Guerra motivou o interesse da intelectualidade urbana e incutiu preocupações na fina camada da população que se beneficiava do comércio marítimo com a Europa, sobretudo dos senhores da cafeicultura. O Rio de Janeiro continuava, afinal, uma capital primário-exportadora, com rendimentos ainda enraizados no comércio do café e da borracha junto aos países industrializados (Albert 2001). Com o avançar da guerra, a economia brasileira seria profundamente impactada. As viagens transatlânticas tornaram-se arriscadas com a atividade de submarinos alemães que torpedeavam cargueiros destinados aos países da Entente e ao bloqueio naval inglês contra as potências germânicas (Pires 2011). A navegação tornou-se muito mais cara, minguando as exportações brasileiras para o Velho Continente e privando a pequena indústria brasileira de máquinas e peças para se constituir. A baixa nas exportações do café, definido por Londres como artigo não essencial em 1917, levou a desocupação no campo e conduziu muitos agricultores para as grandes cidades, geralmente desprovidas de uma economia dinâmica para absorver-los. E ainda, os investimentos que costumavam fluir da Grã-Bretanha, da França e do Império Alemão tornaram-se ausentes, agora destinados a financiar a economia de guerra nos seus respectivos países (Daróz 2016).

No campo político, a opção brasileira pela neutralidade dividiria opiniões tal qual se notou no Reino da Itália, embora o debate interno tenha sido menos visceral, mais tardio e relativamente restrito aos centros urbanos. É sabido que a Alemanha e seus associados contavam com alguns simpatizantes em terras tropicais, sobretudo entre setores das forças armadas e uma pequena parcela da intelectualidade, o grupo dos “germanófilos” (Pires 2011). Contudo, os chamados “aliadófilos”, aqueles que

apoiavam a causa da Tríplice Entente, eram fartamente majoritários entre os homens políticos e demais letrados que integravam as discussões de temas internacionais na Primeira República (Nascimento 2021). O favorecimento da coalizão francesa se dava em bases semelhantes as que foram registradas no grande debate italiano, com referências a uma “santa fraternidade” entre os povos de origem latina. As publicações e os discursos da fração que conformara a Liga Brasileira pelos Aliados em 1915 exaltavam a modernidade, a democracia e laicidade à la française, bem como as melhores tradições do liberalismo inglês em oposição a um pangermanismo bárbaro, autoritário e expansionista (Pires 2011).

Como atestam as fontes documentais, a diáspora italiana para as Américas, percebida como o problema mais ardente das relações ítalo-brasileiras durante os oitocentos e início dos novecentos, começou a se resfriar com a conflagração global (Cervo 1992). Partindo de uma análise histórica dos deslocamentos internacionais, os conflitos interestatais geralmente conduzem ao aumento da imigração de massas. No caso da população italiana, esta característica é comprovada estatisticamente, seja durante as três Guerras de Unificação do século XIX ou na Guerra Ítalo-Turca de 1911-1912 (Reznik 2020). Entretanto, a Primeira Guerra Mundial suscitou um grande número de inovações históricas, e representou um ponto de inflexão no fenômeno da Grande Imigração, reduzindo-o dramaticamente até a conclusão das hostilidades, quando voltaria a se acentuar (Primiceri 2017).

As explicações para a queda abrupta dos deslocamentos durante os anos da Grande Guerra, concebida como um acontecimento inovador, podem ser compreendidas por meio de três episódios: Primeiramente, a redução das atividade econômicas e a obstrução de fronteiras nacionais no Velho Mundo após o atentado de Sarajevo desestimularam os deslocamentos dentro da Europa (Isnenghi 1993); Em segundo, diante da já esperada expedição militar contra o Império Austro-Húngaro, Roma implementou em 1914 um decreto suspendendo o direito de emigração aos cidadãos aptos ao serviço militar (Primiceri 2017); E em terceiro, o fortalecimento da campanha nacionalista após o 23 de maio de 1915, que conclamava toda a população a apoiar o esforço de guerra, criou um cenário desfavorável e até mesmo perigoso para aqueles que pretendiam deixar a Itália durante a grande tempestade (Jung 2013).

O conjunto destes adventos criou condições para atenuar uma polêmica histórica entre o Reino da Itália e o Brasil, especificamente, o da emigração irregular do primeiro para o segundo. E portanto, junto a outros fatores, como se verá a adiante, colaboraria para o desenvolvimento de relações mais cordiais entre os dois Estados em um futuro pouco distante (Cervo 1992).

No teatro das Américas, e de maneira indireta, a declaração de guerra italiana provocou repercussões na república brasileira e por mais de uma vez arriscou comprometer o seu status de não beligerante. A declaração de neutralidade publicada pelo Palácio do Catete em 1914 vetava o recrutamento militar em todo o território nacional (Pires 2011). Contudo, um número significativo de italianos que habitavam os estados do centro-sul, muitos deles reservistas do exército ítalo, priorizaram sua lealdade a pátria originária. Sabe-se que as legações da Itália, sobretudo a de São Paulo, facilitaram ou impulsionaram o alistamento de voluntários entre os imigrantes em detrimento da política adotada pelo Brasil (Daróz 2016). Registrou-se que a comunidade expatriada

na federação brasileira mobilizou igualmente uma intensa campanha para conquistar esta reserva humana para o esforço de guerra a partir de 1915. Nos periódicos editados por imigrantes no sudeste brasileiro não faltaram publicações exaltando a coragem dos jovens que davam suas vidas pela pátria e pelo rei nas trincheiras da Europa. As manchetes convocavam os rapazes a pegar as armas contra as Potências Centrais, aclamavam os sacrifícios feitos em combate e dirigiam ameaças aos desertores e neutralistas, rotulados por seus conacionais como fracos, germanófilos e traidores do sangue italiano (Trento 1989). Consequência do sentimento nacionalista e da intensa propaganda difundida entre os deslocados e seus descendentes, estima-se que ao menos 4.000 homens reemigraram da América do Sul para a Península Itálica durante a guerra para combater nas montanhas geladas do Trentino e do vale do Isonzo contra os austríacos (Daróz 2016). A ausência de intervenções enfáticas da diplomacia republicana para frear a campanha de mobilização ou coibir a arregimentação clandestina pode ser interpretada como uma demonstração da parcialidade brasileira em favor da Entente.

Embora a conflagração fosse um tema dos periódicos voltados aos grandes salões, já que a maior parte dos brasileiros não relacionava o aumento da carestia e de suas dificuldades cotidianas com as convulsões no Velho Mundo, a extensão e o caráter moderno do conflito conduziam seus impactos para além do cenário europeu, dirigindo-se através do Atlântico para os litorais americanos (Nascimento 2021). A guerra submarina irrestrita proclamada pelo Káiser para sufocar a economia da França e do Império Britânico resultaria no torpedeamento de navios neutros e de embates violentos entre as marinhas de superfície europeias nas águas do Atlântico Sul (Isnenghi 1993).

O resultado da violência indiscriminada da esquadra alemã provocou um alto nível de comoção social que foi maximizada pela imprensa barulhenta dos apoiadores da Entente no Rio de Janeiro. Com o avolumar das hostilidades e das vítimas brasileiras nos mares do norte, a guerra deixava de ser assunto de gabinetes para ocupar as praças nas maiores cidades do Brasil (Daróz 2016).

No contexto sul-americano, o ano de 1917 se mostraria decisivo. Em abril, o submarino alemão UB-32 torpedeou o mercante Paraná nas margens do litoral normando, conduzindo ao seu afundamento. Sob forte pressão interna, o governo brasileiro optou pelo rompimento das relações com a Alemanha e à expulsão do seu embaixador, Adolph Pauli, da capital. Alguns meses depois, próximo a costa da Espanha, o cargueiro Macau tornou-se o quarto navio de bandeira brasileira a ser mandado para as profundezas desde o início da guerra (Cervo e Bueno 1992). Estimulado com a entrada dos Estados Unidos no conflito naquele ano, o presidente Venceslau Brás e o Congresso Nacional publicaram enfim o decreto que reconheceu um estado de beligerância entre a República Brasileira e o Império Alemão, enfatizando as bases desta medida nos ataques e provocações injustificados de Berlim contra o Rio de Janeiro (Daróz 2016). O engajamento militar da República foi antecedido pelo apresamento de quarenta e quatro cargueiros de bandeiras alemã e austro-húngara que estavam internados no litoral brasileiro desde 1914. Posteriormente, o confisco dos navios das Potências Centrais pela Marinha do Brasil geraria uma abrasada controvérsia com os representantes dos países derrotados na Conferência de Paz de Versalhes (Cervo e Bueno 1992).

Desde o princípio, a resolução brasileira de cortar as relações com a Casa Hohen-

zollern e unir-se aos Aliados na Grande Guerra teve grande relevância e fecundidade diplomática (Pires 2011). O Brasil tornara-se o primeiro parceiro sul americano da Tríplice Entente, angariando a simpatia destes Estados coligados e dos plenipotenciários italianos em particular. Nota-se que o ministro de Roma no Rio de Janeiro, Luigi Mercatelli, vinha acompanhando as manifestações anti-alemães no país desde 1916, e comunicou ao chanceler Sonnino o fim da neutralidade brasileira no ano seguinte, que recebeu a notícia com evidente satisfação (Cervo 1992).

De tal modo, a Itália foi o primeiro país aliado a fortalecer a capacidade de ação da República na Grande Guerra. A legação do Rio de Janeiro apresentou ao governo brasileiro uma série de propostas de cooperação técnica para as armas marítima e aérea. A oferta incluía a cessão de aviões para a Marinha brasileira com preços privilegiados, o envio de instrutores veteranos para o Rio de Janeiro e o oferecimento de estágio aos pilotos do Brasil nas escolas de guerra da Península Itálica (Cervo 1992). Os eventuais acordos de colaboração bélica poderiam ser implementados durante a guerra e estendidos após a sua conclusão, e foram sucedidos por propostas semelhantes da parte da República Francesa e da Grã-Bretanha (Daróz 2016).

Entretantes, foi através da Conferência Interaliada de Paris em dezembro de 1917 que o Palácio do Catete definiu linhas e metas para participação no conflito. A despeito das modestas capacidades das forças armadas, o Ministério da Guerra compreendeu que o país deveria ter um papel militar ativo e não se limitar a assistência econômica e concessões portuárias para as forças da Entente (Nascimento 2021). Assim, o Brasil estruturou a sua Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), que incluía cruzadores e contratorpedeiros de fabricação britânica, totalizando oito navas modernas para empregar na guerra marítima contra as Potências Centrais. Durante a Conferência, os italianos solicitaram que a esquadra brasileira navegasse até o Adriático para auxiliar seu efetivo naval contra a marinha austro-húngara no litoral dalmata. Todavia, a DNOG acabou incorporada ao Almirantado Britânico e encaminhada ao Estreito de Gibraltar para proteger a passagem das navas aliadas da ação dos submarinos alemães nesta zona de altíssimo valor geopolítico (Cervo e Bueno 1992).

Indo além, o Brasil despachou um limitado, mas não desprezível destacamento militar e civil para contribuir com o esforço aliado no front ocidental, onde a luta voltou a efervescer nos últimos meses de guerra após um longo período de relativa estagnação (DUGGAN, 2016). Assim, decidiu-se por enviar um núcleo de oficiais de terra a ser absorvido pelo exército francês, um grupo de aviadores de elite que se integrou ao Royal Flying Corps do Império Britânico e uma necessária Missão Médica Militar (MMMB) para a capital francesa. Quando a guerra acabou, a mobilização da Primeira República já havia englobado mais de 2.000 homens e mulheres nas mais diversas modalidades (Daróz 2016).

Os últimos meses de confronto comportaram o esfacelamento militar das Potências Centrais. O Império Alemão foi conduzido a rendição incondicional diante das forças da Entente e ao caos econômico e social nas semanas sucessivas. A Áustria-Hungria deixou de existir enquanto sujeito político, fragmentada por disputas intestinas e derrotada no campo de batalha pelo exército italiano após a ofensiva do general Diaz ao longo do Rio Piave e da queda de Vittorio Veneto (Isnenghi 1993). Com os Armistícios de Villa Giusti e Compiègne, Itália e Brasil passaram a compor o panteão

das nações vitoriosas, e ainda que em posições bastante dispare, iniciaram um período de inédito florescimento para as suas relações bilaterais (Cervo 1992).

4. UMA NOVA ERA? A CONSOLIDAÇÃO BILATERAL NO PRIMEIRO PÓS-GUERRA

Com o término da Grande Guerra, os plenipotenciários do Reino da Itália estavam ávidos pelos espólios que haviam sido prometidos pelas potências da Entente durante as negociações de 1915 (Monzali 2009). Os italianos haviam combatido vigorosamente durante três sangrentos anos, perderam mais de 650.000 vidas e contraíram grandes prejuízos econômicos em um conflito que previam como breve e decisivo. A produtividade agrícola e industrial das províncias do nordeste decaiu severamente após as ofensivas austro-alemãs de 1916 e 1917 que por pouco não levaram o front italiano ao colapso (Jung 2013). Roma foi obrigada a adaptar a produção fabril para atender as exigências militares, mobilizar a mão-de-obra feminina no campo e na cidade e contrair vultuosos empréstimos no exterior para financiar o esforço de guerra. Quando os canhões finalmente silenciaram em 11 de novembro de 1918, o governo esperava uma recompensa a altura dos gigantescos sacrifícios acumulados no fronte interno e nos campos de batalha (Duggan 2016).

Entretanto, quando a Conferência de Paris foi aberta em janeiro de 1919, as potências então unidas pela guerra foram rapidamente divididas pela paz. As expectativas italianas para a revisão de suas fronteiras e colônias defrontaram-se com a intransigência dos demais vencedores, sobretudo dos Estados Unidos, que não eram signatários do Pacto de Londres e percebiam-no como um ícone da carcomida diplomacia imperialista que pretendiam superar (Monzali 2009). A delegação encabeçada por Orlando e Sonnino tampouco encontrou aliados para o seu projeto maximalista entre os ingleses e franceses, que não desejavam uma Itália exageradamente forte nos Balcãs ou no Mediterrâneo oriental. Assim, os italianos receberam as regiões austro-húngaras do Trentino Alto Ádige, Trieste e parte da península de Ístria, um butim reduzido a luz das suas pretensões, e após a conclusão dos tratados se viram de frente a um novo adversário geopolítico no Adriático, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Nos próximos vinte anos, Roma seria observada por seus vizinhos com grande desconfiança, dado o seu status de potência insatisfeita e com acentuados desígnios de grandeza (Duggan 2016).

Muito menos decisiva, a participação da República brasileira na Grande Guerra lhe rendeu um inédito acréscimo de prestígio e a possibilidade de participar da assembleia de nações que desenharia a nova ordem mundial na capital francesa. Ao Brasil foi assegurado o mesmo número de cadeiras de potências de segunda grandeza como Bélgica e Sérvia, que ao contrário do país sul-americano, haviam combatido desde o verão de 1914 (Daróz 2016). O acúmulo efetivo da delegação do Palácio do Catete, liderada pelo futuro presidente Epitácio Pessoa, foi a inclusão de dois parágrafos no acordo definitivo da Conferência. O primeiro, certamente o mais importante para os brasileiros, regularizava o confisco de dezenas de navios das Potências Centrais nos portos do país tropical em 1917, e o segundo impunha aos alemães o pagamento de indenizações pela apreensão de sacas de café armazenadas nos portos de Antuérpia, Bremen e Hamburgo no início do conflito (Cervo e Bueno 1992).

Após a assinatura dos tratados, o Brasil seria convidado a compor a nova Liga das Nações como membro-fundador. No mesmo ano, França, Grã-Bretanha e Itália elevaram o título de suas legações na capital brasileira a categoria de embaixada, reconhecendo o país como uma potência regional e parceiro estratégico dos vitoriosos na América do Sul (Daróz 2016). É compreensível que ao absorver pouquíssimos sacrifícios materiais e elencar metas diplomáticas relativamente modestas, os brasileiros deixaram o Palácio de Versalhes muito mais satisfeitos do que seus homólogos italianos.

Como apresentado na sessão precedente, as relações políticas entre Roma e o Rio de Janeiro comportaram extraordinário desenvolvimento ao longo da Primeira Guerra Mundial, principalmente no campos da diplomacia e da cooperação militar. Os laços que foram estabelecidos em meio a conflagração, somados as transformações que transpassaram globalmente a sociedade internacional, possibilitariam a construção de um relacionamento muito mais dinâmico no período sucessivo (Cervo 1992).

Entre os adventos que favoreceram a prosperidade na esfera bilareral, ainda com base na literatura especializada, encontra-se a solução cabal do problema da migração italiana para o Brasil. Especificamente, como consequência das mudanças políticas e econômicas que se operaram em ambos os países no primeiro pós-guerra e no decênio consecutivo (Duggan 2016). Superadas as convulsões políticas que atingiram ao Reino da Itália no biênio 1919-1920, o país experimentou um apreciável crescimento industrial, a multiplicação dos postos de trabalho e a redução do custo de vida nas suas maiores cidades. Os primeiros anos de gerenciamento fascista comportaram ainda um relativo decréscimo da penúria social nas áreas camponesas, que junto a outros adventos de caráter político conduziram à redução da emigração para as Américas (Birindelli e Bonifazi 2011).

Já no Brasil, a redução do comércio com a Europa durante os anos da Grande Guerra colaborou para a dinamização das atividades econômicas, até então gravemente reduzidas as operações do setor primário (Daróz 2016). A multiplicação dos negócios, junto ao crescimento das pequenas e médias indústrias criaram maior espaço para alocar a mão-de-obra nacional, e o país reduziu paulatinamente a sua propaganda imigrantista até impor limitações a entrada de estrangeiros na década de 1920, tal como faria Mussolini na península itálica (Duggan 2016). No período entreguerras, o movimento de pessoas entre os países passa a ser mobilizado por outros fatores, sobretudo o comércio exterior, o intercâmbio intelectual, a colaboração técnica e o turismo (Alvim 1986).

As novas características das viagens transatlânticas ilustram bem o refinamento dos laços diplomáticos e a sua sofisticação em relação ao período precedentes. As relações entre Roma e o Rio de Janeiro ganharam ainda maior fausto com a organização de visitas de Estado entre os plenipotenciários, movimento inaugurado com o credenciamento do Conde Alessandro De Bosdari como primeiro embaixador italiano no Brasil em 28 de janeiro de 1919. A nomeação de Bosdari foi protocolarmente sucedida pelo credenciamento de Luís Martins de Sousa Dantas como embaixador brasileiro na cidade eterna. No ano seguinte, o novo representante da Casa Savóia para o Brasil conduziu o deputado Vittorio Orlando em uma visita oficial ao sudeste brasileiro, onde o antigo presidente do Conselho de Ministros teve a oportunidade de conhecer as tradicionalíssimas colônias italianas do estado de São Paulo (Cervo 1992).

O período é igualmente profícuo para o crescimento do comércio externo. A nova situação bilateral foi determinante para que os arranjos tarifários do pré-guerra fossem convertidos em acordos de longa duração nos anos de paz. O crescimento fabril experimentado pelo Brasil nos anos vinte e trinta, sobretudo na região sudeste, foi fomentado por investimentos e pelo know-how de particulares italianos (Trento 1989). O Palácio do Catete estava particularmente interessado na indústria armamentista da península itálica, maiormente de navios e aviões, que cresceria vertiginosamente durante o ventennio fascista. As chancelarias tiveram um papel instrumental para que a Itália se tornasse o principal exportador de submarinos para o Brasil (Cervo 1992).

É também um legado desta época o florescimento do intercâmbio intelectual entre o Reino da Itália e a República brasileira, que atingirá um patamar proeminente durante o Entreguerras. No segundo meado da década de 1920 se registou um aumento vertiginoso no número de brasileiros que viajaram até a Itália para estudar o seu abastado cabedal artístico, integrar cursos universitários de engenharia ou realizar estágios nas escolas militares (Trento 1989). Nesta década também é criada a primeira cadeira de literatura portuguesa na Universidade de Roma, iniciativa correspondida pelo Brasil, que reconstituiu a cátedra de língua italiana no prestigiado Colégio Pedro II. A cooperação foi incrementada com o surgimento de associações culturais como o Instituto Ítalo Brasileiro di Alta Cultura no Brasil, subsequente a criação do Instituto Colombo e da associação Amici del Brasile na capital italiana (Bertonha 2005).

É compreensível que a herança diplomática do primeiro pós-guerra, bem como de toda a década de 1920, foi extremamente profícuo para a diplomacia ítalo-brasileira. Em um arco temporal relativamente curto, a cooperação desenvolvida no contexto da Tríplice Entente foi continuada, gerou novas possibilidades e dilatou-se por diversos setores (Cervo 1992). As bases assentadas neste momento histórico viabilizariam um patamar ainda mais elevado de cooperação política nos anos trinta, favorecido pela convergência ideológica que se estabeleceria entre Partido Nacional Fascista e a o regime varguista que assaltaria o poder no Brasil no ano de 1930. As relações abarcam um engrandecimento mais ou menos contínuo até o engajamento militar do Rio de Janeiro na Segunda Guerra Mundial, notadamente, em uma coligação bélica oposta a que fora integrada pelo Estado italiano (Bertonha 2005). Este período caberá, contudo, aos cuidados de uma outra investigação.

5. Conclusão

Encaminhada a conclusão do presente trabalho, assumimos que as relações diplomáticas entre Roma e o Rio de Janeiro foram singularmente enriquecidas pelos eventos associados a Grande Guerra. Consideramos que a colaboração militar em oposição às Potências Centrais foi tão decisiva para a diplomacia ítalo-brasileira que pensar as relações bilaterais destes dois países na atualidade, desconsiderando os referidos acontecimentos, seria um exercício tão frívolo quanto infértil.

Como apresentado em precedência, os riquíssimos intercâmbios humanos, culturais e comerciais estabelecidos entre os povos brasileiro e italiano antecedem não apenas a Primeira Guerra Mundial, mas também a atividade diplomática formal, e presumivelmente, a própria Itália enquanto sujeito político. Ainda assim, a potência deste legado seria engrandecida por uma longa trajetória de colaboração entre os

representantes destes Estados. Uma rápida pesquisa aponta para o dinamismo e a exuberância das relações entre a Itália e o Brasil na contemporaneidade, que ainda permeadas de possibilidades não exploradas, remetem grande parte de seu esplendor aos trágicos eventos desencadados pela Crise de Julho de 1914. Afinal, concluímos que foi a extraordinária aliança militar a transformar um relacionamento diplomático áspero e pouco fecundo em uma parceria longa e vantajosa.

Da riqueza dos estudos feitos por incontáveis especialistas a respeito da Grande Guerra, já a distância de mais de um século do regicídio em Sarajevo, não há dissenso. Os quatro anos de conflagração foram examinados por estadistas, generais, historiadores e outros cientistas sociais com diferentes escopos, desde a síntese realista de lições para os novos confrontos, ao idealismo liberal de suprimir as guerras, até a mera e infinita curiosidade humana. Ainda assim, é seguro afirmar que a o nosso objeto de investigação ainda não foi plenamente satisfeito em todas as suas possibilidades. A Primeira Guerra Mundial, como qualquer confronto interestatal, pode ser observada sob muitos prismas e perspectivas. Possui a capacidade de conduzir o leitor a variáveis conclusões e a novíssimos questionamentos, como é desejável que seja.

Entretanto, espera-se que o logro desta pesquisa seja conceber que mesmo tempos de guerra podem inspirar a solidariedade internacional e pavimentar o caminho para a colaboração, servindo como antecâmara a um período de maior estabilidade após o silenciar dos canhões. Esta contemplação, alcançada no estudo de caso das relações ítalo-brasileiras do final dos novecentos ao primeiro pós-guerra, carrega particular interesse para o nosso século XXI, quando observamos a lamentável multiplicação dos conflitos convencionais, que por sua vez conduzem a novos surtos humanitários e migratórios em várias áreas do globo. Na esteira destes desafios, espera-se que as pesquisas de relações internacionais se ponham a serviço de apontar novas possibilidades para a cooperação e instrumentos alternativos para a paz. É compreensível que na busca por atender a tarefas tão solenes quanto ambiciosas, a ciência da História permaneça uma ferramenta de imensurável valor.

Recebido em: 02/01/2024.

Aprovado em: 23/03/2024.

Referências

Albert, Bill. 2001. O impacto da Primeira Guerra Mundial sobre o investimento estrangeiro na América do Sul: Brasil e Argentina. *História Econômica & História de Empresas* 4 (1).

- Almeida, Paulo Roberto de. 2003. As relações econômicas internacionais do Brasil na primeira fase da era republicana (1889-1945). Em *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*, editado por Estevão Chaves de Rezende Martins, 153-186. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Alvim, Zuleika M. F. 1986. *BRAVA GENTE! Os italianos em São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- Balbinot, G. Junho de 2018. Detratores e defensores da imigração italiana para o Brasil: o Decreto Prinetti de 1902 e a Exposição Mundial de 1906. *Saeculum – Revista de História* 38, número 38 (): 205-227.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz. 2010. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2003*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Beneduzi, Luís Fernando. 2015. Alteridade e estranhamento: a figura do “novo negro” na imigração italiana no Brasil. *Métis: história & cultura* xiii (27).
- Bertonha, João Fábio. 2005. *Os italianos*. São Paulo: Contexto.
- Birindelli, Anna Maria e Corrado Bonifazi. 2011. L'emigrazione italiana verso il Brasile: tendenze e dimensioni (1870-1975). Em *Um Passaporte para a Terra Prometida*, editado por Fernando de Sousa et al., 493-517. Porto: cepese/Fronteira do Caos.
- Cervo, A. L. e C. Bueno, editores. 1992. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- Cervo, Amado Luiz. 1992. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Instituto Italiano di Cultura.
- Daróz, Carlos. 2016. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Editora Contexto.
- Duggan, Christopher. 2016. *História concisa da Itália*. São Paulo: Edipro.
- Hobsbawm, Eric. 1988. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Isnenghi, Mario. 1993. *La Grande Guerra*. Collana XX Secolo. Firenze: Giunti Gruppo Editoriale.
- Jung, Peter. 2013. *La Grande Guerra nell'Alto Adriatico: La difesta austro-ungarica del golfo di Trieste 1915-1918*. Gorizia: LEG.
- Junqueira, Marili Peres. 2009. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. *Outros Tempos* 6 (7): 33-52.
- Monzali, Luciano. 2009. La politica estera italiana nel primo dopoguerra 1918-1922. *Italia contemporanea*, numbers 256-257.
- Nascimento, Júlio Henrique Pereira. 2021. As consequências da Primeira Guerra Mundial no Exército Brasileiro, Ministério da Defesa – Escola de Saúde do Exército Brasileiro.
- Pires, Livia Claro. 2011. A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. Em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.
- Primiceri, Emanuela. 2017. Grande Guerra ed emigrazione: i dibattiti al Consiglio dell'emigrazione nel 1917. *Eunomia. Rivista semestrale di Storia e Politica Internazionale* VI (2): 643-660.

Reznik, Luís, editor. 2020. *História da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Ribeiro, Fernando. 2011. A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). *Pesquisa & Debate* 22 (1).

Sales, Mauro Vicente. 2011. O debate sobre a criação da aviação militar brasileira (1911-1927). Em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.

Souza Neves, Margarida de. 1991. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870-1910*. 5ª edição. São Paulo: Atual.

Trento, Angelo. 1989. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. Rio de Janeiro: Nobel.